

PREFEITURA MUNICIPAL

CEP 35.420-000 - ESTADO DE MINAS GERAS

PROJETO DE LEI Nº

/2012.

Autoriza concessão de subvenções sociais, auxílios, contribuições e ajudas financeiras a entidades para o exercício financeiro de 2012.

- **Art.** 1º. Atendidas às exigências legais, fica o Executivo Municipal autorizado a conceder subvenções sociais, auxílios e contribuições às seguintes entidades:
- 1. Cônego Renato Obras Sociais Auxílio à Infância e a Maternidade, até o valor de R\$ 32.250,00 (Trinta e dois mil duzentos e cinqüenta reais);
- 2. Lar Santa Maria Obras Sociais Auxílio à Infância e a Maternidade, até o valor de R\$ 110.500,00 (Cento e dez mil.e quinhentos reais);
- 3. Casa da Criança Jesus Maria José Obras Sociais Auxílio à Infância e a Maternidade, até o valor de R\$ 11.250,00 (Onze mil duzentos e cinqüenta reais);
- 4. Fundação Marianense de Educação Projeto Familiar Espaço Livre, até o valor de R\$ 35.079,00 (Trinta e cinco mil setenta e nove reais);
- 5. Fundação Marianense de Educação Casa da Figueira, até o valor de R\$ 233.500,00 (Duzentos e trinta e três mil e quinhentos reais);
- 6. Casa Lar Estrela, até o valor de R\$ 111.000,00 (Cento e onze mil reais);
- 7. Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais APAE (repasses de recursos federais), até o valor de R\$ 82.000,00 (Oitenta e dois mil reais);
- 8. Liga Esportiva de Mariana LEMA, até o valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil Reais);
- 9. Associação Marianense de Atletismo A.M.A, até o valor de R\$ 20.000,00(vinte mil Reais);
- 10. Associação Marianense de Handebol A.M.H, até o valor de R\$ 20.000,00(vinte mil Reais).
- **Art. 2º.** As subvenções sociais autorizados no art. 1º desta Lei serão concedidas, exclusivamente às entidades que prestarem serviços essenciais ou atividades de interesse público promoção e fomento das atividades assistenciais, educacionais e esportivas e que atendam as condições e exigências estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- **Art.** 3º. As entidades beneficiadas com recursos públicos, por meio de subvenções, na forma desta Lei, submeter-se-ão à fiscalização do poder público concedente, mediante apresentação de prestação de contas ao órgão competente, no prazo estabelecido no Convênio.

Presidente

Secretario

P

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Parágrafo Único – A prestação de contas deverá comprovar o cumprimento das metas e objetivos do plano de aplicação.

Art. 4º. – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 1º de janeiro de 2012.

Art. 5º. – Revogam-se as disposições em contrário.

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA APROVADO POR UNANIMIDADE

EM 05 103

Presidente